

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 23.02.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO

ESCOLA DA GESTEIRA - CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE

. Ajuste Directo

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. PROJECTOS ESCOLARES

. Agradecimento

Ponto 6. **CULTURA** – APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS

. 7.ª Mostra de Música Moderna

Ponto 7. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. APOIO AO INVESTIMENTO

. 2006 - (2)

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Ponto 8. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES** – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- . ORGANIZAÇÃO - VIII TORNEIO CONCELHIO DE FUTSAL

Ponto 9. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES** – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- . APOIO - 11.º SAURIUM T.T.

Ponto 10. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES** – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- . APOIO - 28º GRANDE PRÉMIO DE CICLISMO DA ABIMOTA

Ponto 11. **SAÚDE**

- . ANMP

- Resolução do Conselho Directivo sobre o Encerramento dos Serviços de Saúde

Ponto 12. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

. Escada de Ligação entre a EN 342 e o Loteamento Municipal da Cerca dos Anjos

- . Adjudicação

Ponto 13. **PROTECÇÃO CIVIL**

- . FOGOS FLORESTAIS

- OUTRAS ACÇÕES - Prevenção

Ponto 14. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . Parque Eólico de Degraças e Rabaçal

Ponto 15. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . ACIC - Protocolo

- SALE - Serviço de Apoio Local ao Empresário

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Ponto 16. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . ESTUDO DE “DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA EMPRESARIAL E LOGÍSTICA POLI-NUCLEADA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PORTO COMERCIAL DA FIGUEIRA DA FOZ”
 - Integração de mais 2 – Dois – Municípios
 - Contrato de Prestação de Serviços - Aditamento

Ponto 17. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**

- . OUTRAS RECARGAS - ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
- . Lousões - EN 342
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 18. **ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL EM 2006**

- . Rateio de Amortizações para Recurso ao Crédito
 - Lei de Execução do OE/2006 - n.º 4, Art.º 46.º

Ponto 19. **ANMP**

- . Resolução do Conselho Directivo sobre a Venda do Património do Estado

Ponto 20. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09*

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando um conjunto de informações:

* CULTURA

No dia 21 de Maio, a Câmara Municipal fez-se representar pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, no 23.º Aniversário do Grupo de Folclore do Cercal.

* DESPORTO

- Realizaram-se no Concelho várias provas de convívio/lazer em termos de CicloTurismo: no dia 14 de Maio, “Os amigos do Piquete”, Freguesia da Gesteira; no dia 21 de Maio, a Associação Social, Recreativa e Cultural da Pouca Pena, o Centro Social do Sobral e ainda o Centro Recreativo, Cultural e Desportivo de São José do Pinheiro... Nas recepções ocorridas no Salão Nobre estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente, Santos Mota, e as Senhoras Vereadoras, Dra. Ana Maria Treno e Dra. Manuela Santos.

- No dia 21 de Maio, estivemos também presentes no 52.º Aniversário do Clube de Desportos e Educação Física do Norte e Soure; aproveitámos para saudar a sua dinâmica e, também, para entregar cópia autenticada da acta da reunião de Câmara em que foi aprovada a doação de dois prédios: um que integra a sede social e um logradouro, com $\approx 3.000 \text{ m}^2$ e um prédio adjacente com quase 12.500 m^2 . Assim, ficou claro, para a população de Paleão, que foi desenvolvida uma estratégia coroada de êxito... Finalmente, um equipamento que, juridicamente, nunca foi da Instituição Norte e Soure, passou agora a ter todas as condições para ser sua propriedade de facto e de direito.

- No dia 18 de Maio, recebemos uma “pequena embaixada” do Instituto Pedro Hispano... as equipas de Juvenis, quer de FUTSAL, quer de Atletismo, ganharam os Campeonatos Distrital e Regional em termos de Desporto Escolar nas duas modalidades; agora estão a disputar o Campeonato Nacional com os representantes de cinco regiões: Norte, Lisboa, Alentejo, Região Autónoma da Madeira... dizer que iremos certamente, também atribuir um voto de louvor, quer aos Juvenis, quer aos Infantis Femininos que também já ganharam o Campeonato Distrital e a Taça.

* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- No dia 24 de Maio, estivemos presentes numa reunião, em Viseu, a convite do Senhor Presidente da CCDRC, na qual o Senhor Secretário de Estado do

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Ordenamento do Território e das Cidades apresentou aquilo que considera ser a estratégia e o pré-início da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território. Muito sinteticamente, poderei adiantar que a estratégia neste momento dominante ou que tem vindo a ser enunciada é a seguinte: o Governo de Portugal (actual), até final do ano, pretende acabar o Plano Nacional de Ordenamento do Território e depois, em coerência com o mesmo, que sejam elaborados os Planos Regionais de Ordenamento do Território por forma a que, no final do próximo ano, instrumentos como as revisões do PDM e as alterações do mesmo viessem a resultar apenas de uma aprovação municipal em termos de Câmara e de Assembleia, desde que verificada a observância dessas propostas de alterações ou revisões com o que está previsto em termos de Plano Nacional e Regional.

- No dia 19 de Maio, assistimos, desta vez na Figueira da Foz, a mais uma sessão que teve a ver com a apresentação do quadro de referência da estratégia nacional para o IV Quadro Comunitário de Apoio. Evidentemente, estão a ser apresentadas as linhas prioritárias de elegibilidade da despesa para que os Municípios percebam bem de que forma, à escala regional ou à escala individual, deverão hierarquizar ou cruzar as suas necessidades com a hierarquização de prioridades que está a ser feita... assim, neste momento importará que se procedam aos encerramentos dos investimentos desenvolvidos no âmbito do III Quadro, que se preparem os investimentos a candidatar ao IV Quadro mas, despesas em novos investimentos que se pretendam co-financiados, não deverão ser feitas este ano porque haverá o risco efectivo de não serem consideradas elegíveis.

- Nos dias 20 e 21 de Maio ocorreu a Expo-Sicó 2006... Terras de Sicó, de forma rotativa por cada um dos seus seis Municípios, organiza uma feira anual que tem vindo a integrar várias iniciativas numa só. Desta vez, houve por um lado, a 10.ª Feira do Queijo do Rabaçal, o 18.º Festival, a 8.ª Mostra de Vinhos, a 6.ª Prova do Cabrito, o 3.º Grande Prémio do Ciclismo, a 2.ª Mostra do Azeite e o 1.º Salão de Turismo e teve uma novidade; como sabem, o tronco comum desta Associação de Desenvolvimento é o maciço calcário de Sicó, por isso este certame, tem vindo a decorrer sempre num dos concelhos, mas na sua mancha situada no Sicó, e desta vez calhou a Pombal que sugeriu, para fazer uma mostra da sua capacidade em termos urbanos, que a mesma ocorresse na ExpoCentro, em área claramente urbana.

No Sábado, dia 20 de Maio, a Câmara Municipal fez-se representar pelo Vice-Presidente Santos Mota, no Acto Solene de Abertura do Certame, onde estiveram o Senhor Governador Civil do Distrito de Leiria e o Director Regional de Agricultura da Beira Litoral. No Domingo houve o “Portugal

10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 25 de Maio de 2006

em Debate”, um programa televisivo que gravou um debate, com a participação de quatro dos seis Presidentes de Câmara - eu, e os colegas de Ansião, Condeixa e Pombal -, sobre os múltiplos aspectos ligados à actividade de Terras de Sicó.

Dizer-vos que, no âmbito do Festival de Folclore, o Rancho que nos representou foi o da Ribeira da Mata, que foi o último a actuar, e acabou por participar no programa que foi gravado para a R.T.P..

Dizer-vos ainda que o Deputado do Partido Social Democrata, Dr. Fernando Antunes, nos enviou um ofício que contém a resposta do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, naturalmente dada pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre a questão da A17: *“na sequência da declaração de impacto ambiental, nos termos do estudo prévio, foi determinada a re-localização do Nó do Paião para Sul do Traçado face aos impactos identificados na zona inicial junto do Paião, razão pela qual o mesmo será desenvolvido em fase de projecto de execução, junto à povoação da Marinha das Ondas.*

A introdução de um novo Nó de ligação na concessão obriga à alteração unilateral do respectivo contrato de concessão e conseqüente pagamento de reequilíbrio financeiro à concessionária, situação que não se afigura fácil face à conjuntura económica do País. Tal não invalida, todavia, que o eventual acordo entre as Câmaras e a concessionária, relativamente a esta pretensão, não seja possível de implementar desde que a medida não represente encargos para o Estado”... Para já, só temos que agradecer a intervenção do Senhor Deputado, ainda que sobre esta matéria, é evidente que não serão as Câmaras que irão suportar a construção de um novo Nó. A abertura para o novo Nó é evidente... e terá que ser sustentada pelo Governo de Portugal!!! Nós continuaremos a insistir num novo Nó mas, evidentemente, nunca a pagar pelas Autarquias, até porque não serão apenas municípios das autarquias que entrarão/sairão nesse novo Nó.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estamos a meio da 9.ª Semana do Livro e da Cultura. Até ao momento, tudo tem estado a decorrer como previsto, desde a Sessão de Abertura, com a presença do Senhor Governador Civil, do Senhor Delegado Regional da Cultura do Centro e, naturalmente de inúmeras Colectividades e Instituições do Concelho. As actividades de âmbito pedagógico estão a ser extremamente participadas pelas crianças do Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclo e Ensino Secundário. Ontem assistimos a um Café Concerto muito interessante. Foi uma noite muito bonita durante a qual comemorámos também os 250 anos do nascimento de Mozart. Vamos continuar até domingo esperando, naturalmente, que nos voltemos a encontrar nos Concertos que estão projectados e, no domingo, na Feira à Moda Antiga.”

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “no dia 15 de Maio, no âmbito do Urbanismo, recebemos o Senhor Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Jorge Gouveia Monteiro, trocando impressões sobre a sua larga experiência na recuperação do Património e, da parte da tarde, recebemos uma delegação do Instituto Nacional de Habitação, composta por um membro do Conselho de Administração, de um representante da delegação do Porto e um Técnico de Acção Social; gostaria também de dizer que a vinda desta delegação iniciou-se com um primeiro contacto que foi a nossa ida e a nossa participação num seminário sobre Habitação - Fundos Comunitários, no Porto.

No dia 17 de Maio, eu e o Dr. Marcus Tralhão, em nome da Câmara Municipal de Soure, deslocámo-nos a Oeiras, à Empresa MUNICIPIA para vermos em que consistia o Sistema de Informação Geográfica - SIG - e o Plano da Cartografia. São duas áreas extremamente importantes como instrumentos essenciais para o planeamento e gestão de qualquer autarquia mas também para futura revisão do PDM, portanto, procurámos esta informação, vimos/constatámos as suas potencialidades e estamos, neste momento, a desenvolver toda a iniciativa para uma candidatura nesta área.

No dia 18 de Maio, recebemos o Senhor Arquitecto João Mendes Ribeiro que veio visitar a nossa Zona Histórica e para o qual pedimos colaboração e opinião sobre a área que estávamos a visitar; mostrou toda a disponibilidade em trabalhar connosco; no dia 31 de Maio iremos estar com ele em Coimbra a visitar zonas da sua intervenção. Gostava de dizer que o Arquitecto João Mendes Ribeiro tem uma obra reconhecida internacionalmente na recuperação da zona da Sé Velha, do Mosteiro do Lorvão, na Casa da Escrita (Coimbra) e no Pátio da Inquisição; é um arquitecto premiado internacionalmente e com o qual teremos o maior gosto, prazer e honra de poder trabalhar.

No dia 31 de Maio iremos ter a visita de um arquitecto paisagístico, João Gomes da Silva, para colaborar na possível reabilitação da zona entre os dois rios; gostava de dizer que o arquitecto João Gomes da Silva é um nome extremamente importante pela sua participação nos arranjos exteriores da EXPO, Jardim de Serralves; é uma pessoa que trabalha com o Arquitecto Siza Vieira e, neste momento, está disposto, juntamente com o Arquitecto João Ribeiro, a trabalhar connosco e apresentar propostas de trabalho com a Câmara Municipal de Soure.

Gostaria de informar que, neste momento, estamos a preparar uma candidatura no âmbito da Formação/Acção ao Programa FORAL em três áreas distintas: Ambiente, Qualidade e Segurança. Esta candidatura, a ser confirmada, significa que seremos, e

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

estamos a apostar nisso, a primeira autarquia a candidatar todos os serviços da Câmara Municipal às três áreas; a candidatura tem que ser apresentada até Junho e, neste momento, é o que estamos a fazer.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “confesso que assisti impávido e sereno à leitura que fez da missiva que recebeu do Senhor Deputado e que retrata um cenário que é absolutamente tétrico para aquilo que é a realidade do nosso Concelho e da nossa região. Acredito que o seu esforço e dos seus colegas Presidentes de Câmara tem sido um esforço em que todos nós depositamos confiança de que tenha bom fim, que o fruto do vosso esforço seja um fruto que dignifique o Concelho de Soure mas a minha sensação é de grande desconforto ao ouvir o que é dito em relação à A17 porque eu proponho ao Ministro das Obras Públicas que feche tudo; o Governo fecha as Escolas, Centros de Saúde, Maternidades, portanto, proponho que o Governo feche tudo e que o Senhor Ministro das Obras Públicas se preocupe só com o TGV para que as pessoas demorem o menos tempo possível entre Lisboa e Porto e nunca parem no caminho. Talvez com o TGV a caminhar a essa velocidade rapidamente pode chegar a Espanha e, sendo o Ministro um iberista convicto, dentro de algum tempo iremos “beber” a Espanha aquilo que é o sentimento pátrio e isto, no meu modesto ponto de vista, não é um problema de impacto ambiental que obriga a que as coisas aconteçam desta forma porque o único impacto ambiental que existe é o do Ministro, que tem um deficiente impacto ambiental, está a destruir aquilo que, no fundo, é a realidade de uma zona como é esta zona do País.

O sentimento que tenho é um sentimento de grande desconforto, esse sentimento é certamente o de todos nós; não podemos assistir impávidos e serenos a uma situação desta natureza. Aquilo que digo, uma vez mais, é que da nossa parte e tendo em linha de conta que desde o início ficaria definida uma estratégia na qual nós nos inseríamos e desenvolveríamos todos os nossos esforços no sentido de, da parte do nosso Grupo Parlamentar em Lisboa, podermos fazer aquilo que nos é possível para que o desejo dos autarcas da nossa zona seja também o desejo das populações, aquilo que quero dizer é que o Senhor Ministro das Obras Públicas feche tudo, o Governo que feche tudo mas, pelo menos, não feche o direito que temos a ter acesso a uma auto-estrada para que os nossos empresários, as nossas gentes possam também rapidamente colocar-se noutras zonas do País com facilidade.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “é evidente que naquilo que está em discussão e que motivou a sua intervenção não podíamos estar mais de acordo...”

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

de facto, seria uma situação absolutamente insustentável, em termos sociais e em termos de acessibilidades, a eventual não contemplação deste novo Nó, na qual, repito, continuo a não acreditar, pois trata-se de dar resposta a uma necessidade absolutamente inequívoca, designadamente das populações de Freguesias dos Concelhos da Figueira da Foz, de Soure e de Montemor-o-Velho. Evidentemente que compreendo a extrapolação para questões nacionais que o Senhor Vereador fez e sobre elas dir-lhe-ia apenas o seguinte: acredite que também tenho a minha própria opinião sobre a questão das maternidades, do TGV e tudo aquilo que referiu mas hoje, como ontem, enquanto Presidente da Câmara Municipal e insensível ao facto de no Governo estar uma maioria do Partido A ou do Partido B, concentrarei todos os meus esforços, de forma afirmativa e positiva, para procurar resolver os problemas que preocupam os munícipes... neste caso em concreto, só tenho uma preocupação: tudo continuar a fazer para que a estratégia conjunta dos Concelhos de Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz resulte, para que esta situação possa vir a ser ultrapassada.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Presidente falou da ExpoSicó, da importância que esta Feira tem. Acho que são importantes feiras desta natureza, sendo feiras temáticas e que podem promover aquilo que são os produtos endógenos de cada região, nomeadamente a nossa e aquilo que vou dizer é uma crítica construtiva e uma disponibilidade que certamente todos nós colocamos na mesa para o ajudar a si e ao Executivo em que em feiras desta natureza exista uma representatividade efectiva do nosso Concelho e que todos façamos o que nos é possível para que o Concelho de Soure pontue como um Concelho de desenvolvimento porque a situação é esta: estavam presentes meia centena de expositores da área do vinho, do azeite, do queijo e do Concelho de Soure estava um, havia um produtor do Concelho de Soure presente... era esta a indicação que queria dar e é a minha preocupação e o meu desejo de que no próximo certame ExpoSicó, em Penela, a Câmara Municipal de Soure tudo faça para que tenhamos uma representatividade digna numa exposição desta natureza.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “a Câmara Municipal aceita todas as predisposições para colaborar, mas não de forma pseudo-conhecedora de como se deve organizar uma representação, e digo pseudo-conhecedora, porque só o desconhecimento daquilo que tem sido a realidade da nossa presença nestes certames é que pode justificar afirmações leves e insustentáveis como aquelas que proferiu.

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Este certame teve características diferentes, não foi no Maciço Calcário do Sicó e desmotivou muitos pequenos produtores que decidiram não estar presentes naquelas circunstâncias; foi um marco de viragem... estiveram restaurantes de três Concelhos convidados, onde Soure foi um deles; Soure teve participantes no Artesanato, na Doçaria... participou também uma das melhores produtoras de queijo certificado do Rabaçal, do nosso Concelho, concretamente da Freguesia de Pombalinho; nas diversas iniciativas culturais estiveram representantes do Concelho de Soure... Agora, é preciso perceber que terá de haver uma adequação a esta nova opção que poderá continuar ou não... Será o Conselho de Administração de Terras de Sicó que irá avaliar se esta foi uma experiência a repetir ou se, pelo contrário, iremos ter que conjugar aspectos positivos desta ida a uma zona mais urbana com aspectos positivos de exposições desta natureza em ambiência mais rural. De maneira que esta iniciativa teve condições muito especiais, desde logo, em termos de estrutura organizativa e, portanto, não estimulou o afluxo habitual com uma predominância normalmente assente nos pequenos produtores das Freguesias de Degraças e de Pombalinho, sendo que também não se verificou qualquer colaboração das autarquias de Freguesia, essenciais no fomento e acompanhamento da presença do chamado pequeno produtor.

Compreendo a sua preocupação e é evidente que tudo o que sejam predisposições para colaborar, aceitá-las-emos... mas compreenda que não podemos estar de acordo com a ideia que, de forma “seca”, procurou transmitir, de que houve uma ExpoSicó e que nós “assobiámos para o lado”... nós tínhamos consciência de que esta era uma iniciativa experimental, olhando à história, e que iria ter alguma resistência por parte de participantes habituais e esse é um balanço, concordará comigo, que todos os seis Presidentes de Câmara irão fazer... Não devemos é tirar, com tanta linearidade, as conclusões a que chegou, sem atender a um conjunto de características particulares que teve a organização deste ano.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “não cuido de criticar a explanação que acabou de fazer sobre esta matéria; também não acredito que a minha intervenção tenha sido assim tão seca como isso, agora, se efectivamente da parte do Presidente, na intervenção inicial, referiu prolixamente a actividade intensa, ranchos... confesso que fico satisfeito porque é uma presença Cultural do Concelho de Soure, agora, não podemos é dissociarmo-nos daquilo que é a verdadeira vocação da Feira - produzirmos e valorizarmos os nossos produtos -, não podemos dizer que o Concelho de Soure está representado por um produtor, portanto, aquilo que eu lhe peço é que nessa reunião onde irão debater intensamente assuntos relacionados com esta feira, das duas uma, ou é o ideário da

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

feira que está mal formulado ou então, da parte do nosso Concelho, temos que fazer os possíveis para que se é uma feira onde estamos, ou estamos ou não estamos e a estarmos é com força.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “na visita que recebemos do Senhor Arquitecto João Ribeiro, o Senhor Vice-Presidente acompanhou-nos, como também irá connosco a Coimbra visitar a obra do arquitecto. Acho que era importante dar esta nota pois o Senhor Vice-Presidente tem-nos acompanhado nesta área.

Sobre o documento que foi aqui referido em resposta a um Deputado do PSD... gostava de dizer que, e isto vem de encontro ao que eu já aqui declarei na última vez que falámos sobre isto, é que num País que trata tão mal o Ambiente é interessante verificar como é que o Ambiente serve para desculpar algumas situações e, mais uma vez, já não é de estranhar que o impacto ambiental cá apareça para justificar situações que nos prejudicam a nós, às populações e a outros Concelhos mas que todos sabemos que isto não engana ninguém, os impactos ambientais encaixam-se quando interessa, portanto, estão aqui outras razões que todos nós conhecemos... gostaria de dizer que estou solidária com as questões levantadas. Estaremos todos em nome de Soure.”

O Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos referiu que: “terminada que está mais uma época futebolisticamente falando queria felicitar os doze clubes do Concelho de Soure que este ano mantiveram 25 equipas a disputar Provas Oficiais na Associação de Futebol de Coimbra e uma na Associação de Futebol de Leiria; queria com este voto de felicitações encorajá-los para terem força para continuarem o trabalho que têm vindo a desenvolver, pelo menos para a próxima época, tendo em atenção que destas 25 equipas que se mantiveram em actividade, 15 representam escalões etários abaixo dos 18 anos. É uma forma salutar e saudável de ocupação dos tempos livres.

Para terminar, gostava de salientar algumas que obtiveram resultados positivos para além da massificação e da ocupação saudável das crianças e dos menos jovens. Gostava aqui de salientar o Instituto Pedro Hispano que através da sua Equipa de Femininos fez a “dobradinha” porque ganhou a Taça e o Campeonato da Associação de Futebol de Leira. Como em Coimbra não há este escalão teve que se deslocar a Leiria, o que ainda terá mais valor; o Clube de Desportos e Educação Física do Norte e Soure porque esteve presente na Final Four de Juvenis; a Associação da Granja do Ulmeiro que esteve presente na Final Four de Seniores Masculinos; o Grupo Desportivo de Figueiró do Campo que através da classificação

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

obtida no Campeonato Seniores de Futsal Feminino, que ficou em segundo lugar, garantiu a presença na Divisão de Honra do próximo ano e o Grupo Desportivo Alfarelense que ao ficar em terceiro lugar na Primeira Divisão de Seniores Masculinos, também garantiu a presença na Divisão de Honra do ano que vem. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente se tem alguma indicação do andamento das obras do Pavilhão Multiusos de Figueiró do Campo porque desta leitura devia-se ter apercebido que se tudo se mantiver para o ano, no Concelho de Soure, iremos ter cerca de seis equipas a disputar campeonatos seniores que têm que jogar em recinto coberto. Como Soure, infelizmente, só tem um, os Concelhos limítrofes também não estão muito apetrechados, é uma dificuldade porque nem temos no Concelho e vai ser muito difícil arranjar solução nos Concelhos limítrofes, portanto, agradecia-lhe que se tem alguma indicação que nos possa dar... se não tem se podia mover a sua influência no sentido de acelerar o mais possível a obra para que no mais curto espaço de tempo a pudéssemos utilizar.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “saudar a sua intervenção porque, de alguma forma, antecipou um levantamento cuja feitura foi determinada, logo após o final de época desportiva, tendo em vista uma avaliação objectiva sobre o dinamismo concelhio, também no Desporto.

Quanto à questão concreta que levantou iremos diligenciar junto do Centro Social de Figueiró do Campo para que nos informe sobre qual o calendário previsto... mas também, como já percebeu, não perdendo de vista a questão da elegibilidade da despesa pública e o tipo de parcerias que poderemos encontrar. A questão da localização está praticamente resolvida e o que nos está a preocupar é a noção exacta do momento a partir do qual a despesa de investimento é elegível; afigura-se-nos que brevemente teremos essa informação.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “para não vos maçar e porque a leitura atenta que estou a fazer do ofício que nos foi enviado pelo Senhor Deputado me faz ter uma noção daquilo que não é correcto num relacionamento entre entidades públicas, diria que o Senhor Ministro das Obras Públicas criou um novo imposto, um Imposto Ambiental Autárquico que é aquele que se aplica às Câmaras, que se não tiverem hipótese de o Governo lá fazer uma saída da auto-estrada, se elas pagarem deixa de haver impacto ambiental.

O cenário é este: estava prevista uma saída da auto-estrada no Nó do Paião, um impacto ambiental rigorosíssimo não permitiu e a saída da auto-estrada passou para

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

sul mas se as Câmaras pagarem deixa de haver impacto ambiental porque então podem fazê-lo no Paião. Este imposto recente que eu desconhecia mas vou averiguar se foi votado na Assembleia da República porque isto é um imposto que é, se os cidadãos pagarem deixa de haver impacto ambiental... vou tentar saber se é uma medida inédita do actual Governo e não deixarei de tomar uma posição sobre ela numa das próximas reuniões.”

O Senhor Presidente comentou, dizendo: “como já percebeu, em tudo aquilo que possa ser um contributo que signifique uma mais valia para resolvermos esta questão, todas as suas atitudes, todas as suas acções são bem vindas e são, por nós, saudadas.

Sobre esta matéria já vos disse o que penso, e tudo o que irei continuar a fazer. Apenas um esclarecimento relativamente ao que disse, para quando, porventura, desenvolver qualquer acção, que é o seguinte: o novo Nó que estamos a reclamar não é no Paião é, ou no Moinho de Almojarife ou na zona do Alqueidão, ligeiramente mais a norte; ficaria mais próximo dos Concelhos de Soure e de Montemor-o-Velho, não deixando de servir as Freguesias limítrofes da Figueira da Foz, portanto, não estamos a falar da localização onde a Secretaria de Estado do Ambiente considerou existirem razões de natureza ambiental que determinaram a relocalização desse projectado Nó no Paião para a zona da Marinha das Ondas. Isto, para que possa, nas acções que entenda por bem desenvolver, usar de todo o rigor.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 23.02.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de acta.-----

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

- . **CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO**
- . **ESCOLA DA GESTEIRA - CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE**
- . **Ajuste Directo**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

ASSUNTO: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO
ESCOLA DA GESTEIRA - CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação:

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (com consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **10.000,00 euros**, superior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (*vide* alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competência quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica **02.02.07.01.03.05** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **01.002 2006/12**.

2. Processo

Aprovar projecto e documento anexo.

3. Consultar a(s) seguinte(s) entidade(s)

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, às seguintes empresas:

- **Viegas & Viegas, Lda;**
- **ANOG - Albino Nunes de Oliveira Guardado;**
- **António Maria Coelho de Sousa, Lda.**

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
17.05.2006

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

e

ASSUNTO: EDUCAÇÃO - ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO
ESCOLA DA GESTEIRA - CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE

O muro de vedação do recreio da escola em epígrafe ruiu parcialmente.

Este facto criou uma situação de potencial perigosidade, para toda a comunidade estudantil, uma vez que o recreio é utilizado pelos alunos como campo de jogos.

Considerando que aquele espaço é necessário como recreio para os alunos, de acordo com a informação das professoras, pensamos ser necessário proceder à substituição do troço de muro que cedeu, numa extensão de cerca de 20 metros.

Com esse objectivo foi elaborado um projecto de execução de um muro de suporte, em betão armado, a estimativa orçamental obtida, em anexo, totaliza **10.000,00 €**.

Sugere-se a sua execução por empreitada.

Assim, propõe-se:

1. A aprovação do projecto apresentado;
2. A abertura do necessário concurso para a sua execução.

À Consideração Superior.

O Chefe de Divisão

(Mário Monteiro)

2006.05.17

O Senhor Presidente referiu que: “a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno foi informada de que na parte de trás da Escola Básica do 1.º Ciclo da Gesteira teria ocorrido a queda parcial de um muro pré-existente... esse espaço é, muitas vezes, utilizado para actividades ao ar livre e, portanto, foi entendido que se deveria tomar uma decisão urgente.

Assim, o que eu proponho é que aprovemos o ajuste directo para a realização deste investimento.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

. PROJECTOS ESCOLARES

. Agradecimento

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “tratou-se de um apoio que aprovámos na reunião de Câmara de 30.03.2006, em que deliberámos apoiar com 60 euros/aluno a deslocação de oito alunos da Escola Secundária Martinho Árias a França e que, todos entendemos, seria uma acção extremamente enriquecedora. Agora chegou o agradecimento pelo apoio prestado.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 6. CULTURA – APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS
. 7.ª Mostra de Música Moderna

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, uma das iniciativas de natureza cultural que costuma ocorrer no Concelho é a Mostra de Música Moderna, normalmente promovida pelo Clube de Desportos e Educação Física do Norte e Soure, de Paleão; esta será a 7.ª Mostra.

Habitualmente, a Câmara Municipal tem aprovado um apoio até 1.000,00 euros, isto é, se a diferença entre a receita e a despesa prevista for superior a 1.000,00 euros, é de 1.000,00 euros; se for inferior, é o valor que for. De forma que, no quadro previsto para esta 7.ª Mostra de Música Moderna, aquilo que propomos é a atribuição de um apoio de 900,00 euros.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “pretendo reforçar o que foi dito pelo Senhor Presidente; esta é uma iniciativa cultural bastante interessante e com bastante qualidade... por parte da organização há um grande empenho e cuidado na selecção das bandas que pretendem participar neste concurso, onde concorrem bandas de todo o País.

Queria, no fundo, reforçar a qualidade desta iniciativa e que, muitas vezes, não é bem entendida como Cultura mas, efectivamente, tem a sua importância e o seu impacto e hoje, felizmente, está enraizada no nosso Concelho.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “é importante que no Concelho exista uma diversidade de oferta cultural que não se cinja a duas ou três ofertas. Este tipo de música que, às vezes, não é bem entendida pela maioria das pessoas mas tem uma validade que acho que deve ser realçada e, sobretudo, deve ter uma visibilidade que até agora, na minha perspectiva, ainda não conseguiu ter, devia ter maior divulgação para que pudesse ter um maior relevo a nível regional ou, porque não, nacional.

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Concordo que é um festival que tem boa qualidade, recordo que um dos primeiros classificados foram os Primitive Reason que, neste momento, têm um grande impacto. Acho que é importante que este tipo de pedidos sejam feitos *à anteriori*, reconheço que estarmos a avaliar uma proposta de uma coisa que irá acontecer é diferente de nos estarem a fazer um pedido de uma coisa que já aconteceu e sermos confrontados com factos consumados e, portanto, acho que é uma metodologia que outras agremiações deviam seguir e que nós próprios, aqui na Câmara, também devíamos solicitar que fossem feitas. Nesse sentido, congratulo-me com esta iniciativa.”

O Senhor Presidente referiu que: “da parte da Câmara Municipal, tudo aquilo que é o nosso quadro em termos de indicações/recomendações às instituições aponta, exactamente, nesse sentido: os pedidos devem, tanto quanto possível, ser-nos apresentados, sempre, antes e num quadro previsional. Por vezes surgem *à posteriori* mas não podemos demitir-nos de reconhecer que a actividade se enquadra perfeitamente naquilo que foram os apoios definidos no Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento aprovados, mas compreendo e subscrevo aquilo que foi a saudação/recomendação feita.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio de 900,00 euros.

Ponto 7. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . APOIO AO INVESTIMENTO
- . 2006 - (2)

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Apoios ao Investimento // 2006 - (2)

Proposta

Entidade	TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL
Grupo Desportivo Sourense	10.000 €

O Vice-Presidente
(Santos Mota)
2006.05.23

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de um conjunto de pequenos investimentos, que tiveram que ser feitos num período que não propriamente aquele para o qual estaria previsto, tendo em vista aproveitar a possibilidade de o Campo de Jogos do Grupo Desportivo Sourense, no fundo, o Concelho de Soure, de ser distinguido como um dos escolhidos para o Campeonato da Europa de Sub-17. Evidentemente que, nestes casos, não é só apresentar a candidatura e ser escolhido... há, depois, um conjunto de regras rigorosas, quer da UEFA, quer da Federação Portuguesa de Futebol... e da mesma forma que, na altura, saudámos a forma como tudo correu, penso que não nos podemos demitir de aprovar um apoio ao investimento adequado e dentro daquilo que tem sido a base concelhia na apreciação deste tipo de pedidos de apoio.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “é sabido que, desde o início, nos separam duas maneiras de ver esta questão da participação na actividade associativa. Entendemos, da nossa parte, que um autarca a tempo inteiro não deve, no nosso ponto de vista, exercer funções nos órgãos sociais das colectividades. Vossa Excelência, como é sabido, entende o contrário. Nesse sentido, e tendo em linha de conta que no que diz respeito às entidades e às colectividades que pedem apoios à Câmara Municipal, sejam eles para iniciativas concretas sejam, nomeadamente, apoios ao investimento, nos merecem toda a consideração mas tendo em linha de conta que ao votarmos favoravelmente propostas desta natureza estaríamos a contrariar aquilo que é o nosso pensamento sobre estas matérias, quero comunicar que, para que também não haja dúvidas sobre o nosso posicionamento, agora e no futuro, nos iremos abster em situações desta natureza. Tendo em linha de conta, também, que esse é um pensamento que é conhecido de todos, que não pode causar surpresa a ninguém, e tendo em linha de conta que aquando deste tipo de votações faremos sempre questão de dizer porque o fazemos e também, porque não dizê-lo, o grande respeito, a admiração e o reconhecimento que temos pelo esforço que estas colectividades vêm fazendo em prol da Cultura, do Desporto e dos Tempos Livres no Concelho de Soure.”

O Senhor Presidente referiu que: “a intervenção do Senhor Vereador enferma de uma confusão evidente que me apraz denunciar. Uma coisa são as deliberações municipais, em função das políticas municipais em que acreditamos ou que praticamos, outra coisa são as decisões soberanas de Assembleias Gerais de Instituições.

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Quando aparece uma proposta de apoio ao investimento, se por exemplo estiver aqui o Grupo Desportivo Alfarelense, é-nos completamente indiferente que esteja lá o Eng.º Aurindo ou outro qualquer, é preciso é que, de facto, a proposta tenha em vista um investimento de inequívoca utilidade social, cruzável/acompanhável com aquilo que é a política de apoio definida pela Câmara Municipal. Falemos claro, se os Senhores Vereadores se absterem significa apenas que não subscrevem esta política... porque as propostas votam-se substantivamente e não formalmente, portanto, absterem-se numa proposta de apoio ao investimento significa que não estão de acordo com esse apoio!!! Deixemo-nos de hipocrisias, subscrevam que não aprovam esta proposta de apoio a este investimento... De maneira que o que está aqui em causa, muito claramente, não é o entendimento que eu faço ou deixo de fazer da minha vida em termos de participação no associativismo, o que está aqui em causa não são as decisões de Assembleias Gerais das Instituições, o que está em causa são políticas municipais de apoio ao investimento. Há uma proposta concreta e os Senhores Vereadores, sobre ela, substantivamente ou estão de acordo ou em desacordo, agora, a repercussão política da vossa atitude é vossa, não vamos é confundir as coisas.

Quando aprecio uma proposta, aquilo que menos me preocupa é se o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção ou do Conselho Fiscal é A ou B, o que me preocupa, o que nos deverá preocupar, é para quê!!! Justifica dinheiros públicos??? Está de acordo com a nossa política??? Se sim votamos a favor, se não votamos contra..”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “o Senhor Presidente ouviu bem o que eu disse, respondeu ao que eu não disse. Eu disse “autarcas em funções permanentes” na Câmara Municipal e simultaneamente nos órgãos sociais das colectividades...”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “o Senhor Vereador deve ir às Assembleias Gerais das Instituições e lá dizer o que pensa... aqui, deve, enquanto Vereador, concordar ou discordar das políticas municipais e, de uma vez por todas, toda a gente sabe que o Senhor tem um entendimento quanto à forma de participação como dirigente associativo que não é o meu... agora não vejo é porque é que isso tem que estar sempre... dá ideia que não tem argumentos... eu sou dono de mim próprio e não preciso de quaisquer lições, designadamente da sua parte, em termos de transparência no relacionamento institucional... não dou lições, mas não recebo lições...”

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou, dizendo: “é óbvio que vamos estar aqui 1/2/3 anos a discutir a mesma matéria assistindo sempre ao seu nervosismo sempre que falo nesta questão e o Senhor Presidente, continuamente, a tentar contrariar aquilo que é uma posição de fundo da nossa parte. Nós temos direito a ter uma posição de fundo sobre esta matéria tal como temos direito a criticar que o Presidente da Câmara seja Presidente da Assembleia Geral de um conjunto vasto de colectividades, no nosso entendimento, isso é uma atitude que deveria ser entendida por um autarca a tempo inteiro como de afastamento em relação àquilo que é a vida interna das colectividades; o autarca tem que estar isento, não quer dizer que Vossa Excelência não o seja, mas tem que estar independente, equidistante daquilo que é a vida associativa para poder formular as suas opiniões o máximo possível com equidistância. Essa foi uma proposta, é um pensamento que temos desde o momento em que aqui chegámos, portanto, escusa, de cada vez que declaramos o nosso voto desta forma, de estar a tentar alterar a nossa ideia porque não vai alterar, portanto, nós já dissemos o que é que pensamos sobre esta matéria, sabemos o que é que o Senhor Presidente pensa... ficamos assim.”

O Senhor Presidente referiu que: “quanto à questão do nervosismo, a apreciação é sua...”

O que está em causa, de uma vez por todas, é apenas isto: os Senhores parece que não têm capacidade para discernir se estão a favor ou contra determinada política municipal e então, é um problema vosso que registo de cada vez que há um assunto destes, sentem necessidade de não revelar opção nenhuma escudando-se numa questão que não é questão nenhuma municipal... De maneira que, posto isto, tivémos mais uma repetição, e voltaremos a ter outras certamente porque cada um ficará com o seu entendimento mas, como compreenderá, o que está em causa é uma proposta concreta de apoio ao investimento.”

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor e 3 (três) abstenções, aprovar a proposta do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota. -----

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

**Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS
. ORGANIZAÇÃO - VIII TORNEIO CONCELHIO DE FUTSAL**

O Senhor Presidente referiu que: “como é sabido, até porque isso consta do Plano Plurianual aprovado para 2006, a Câmara Municipal, para além do apoio a iniciativas diversas também ela própria tem promovido a organização de alguns eventos desportivos. O Torneio Concelhio de Futsal é um daqueles eventos que, como tenho dito sempre, já está enraizado, consolidou-se no calendário desportivo e tem objectivos muito claros: estimular a formação dos jovens de diferentes escalões etários, propiciar o reencontro de jovens oriundos das 12 Freguesias reforçando a coesão concelhia e promover uma utilização descentralizada dos diferentes equipamentos desportivos existentes no Concelho.

Esta é a ambiência desta organização sendo que os custos que tem é algum apoio em termos de transporte, lanches para os participantes... portanto, é nesta ambiência que propomos que se ratifique a aprovação da realização deste VIII Torneio Concelhio de Futsal e que se autorize as despesas, em termos de apoio logístico, daí decorrentes.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “subentende-se que as despesas daí decorrentes são as que constam das Grandes Opções do Plano, todavia, se viessem anexas para nós termos uma ideia, seria bom.

A propósito deste Torneio, porque ele já está em fase de início, queria perguntar quantas equipas estão envolvidas nos vários sectores.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “de acordo com a informação de que disponho, verifica-se a participação de colectividades de 10 das 12 Freguesias; número de Colectividades - 17; número de Equipas - 26; número de Atletas ≈ 300; número de Árbitros - 20; número de Jogos - 70.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou, dizendo: “a este propósito, e não querendo ser juiz em causa própria, queria dar nota de um evento deste género que decorreu no Cercal e que pela sua valia merece ser relevado nesta reunião. Decorreu um Torneio de Futebol, exclusivamente na povoação do Cercal, em que estiveram envolvidas 6 equipas Masculinas e 2 Femininas, isto demonstra uma vitalidade da comunidade que acho que deve aqui ser valorizada, tanto mais que a organização foi endógena e completamente gratuita, com o esforço de todos; os participantes pagaram uma inscrição para que pudessem ter, no final, um repasto de confraternização que veio corolar um acontecimento que, na minha perspectiva, foi extremamente interessante.

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Dar aqui nota que, infelizmente, uma das participantes desse Torneio faleceu num acidente de viação e gostaria de aqui fazer memória à sua curta vida.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente. -----

**Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS
. APOIO - 11.º SAURIUM T.T.**

O Senhor Presidente referiu que: “aqui a regra habitual é a de um apoio até ao máximo de 1.250,00 euros, sendo inferior quando a diferença verificada entre a receita e a despesa é inferior.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio de 1.250,00 euros.

**Ponto 10. DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS
. APOIO - 28º GRANDE PRÉMIO DE CICLISMO DA ABIMOTA**

O Senhor Presidente referiu que: “normalmente temos apoiado provas de ciclismo em conjunto, designadamente, com os Concelhos de Montemor-o-Velho e Cantanhede, ligados ao Prémio Alves Barbosa.

Em Abril surgiu este pedido e não era claro, quais os patamares de grandeza de que estávamos a falar e solicitei ao Senhor Chefe de Gabinete para contactar a organização para explicar melhor o que pretendiam.

Em 22 de Maio, deu entrada um ofício, via fax, em que pediam um apoio de 500,00 euros para, no fundo, na passagem por Soure, terem a Meta Autarquias.

É uma daquelas situações em que são provas com alguma projecção nacional e que, apesar de tudo, o valor envolvido não é um valor significativo. Penso que é de aprovar o pedido concreto que foi apresentado.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “quando isto for cabimentado sê-lo-á numa rubrica dedicada ao Desporto ou à divulgação e publicidade?”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “deverá ser no Desporto – Apoio a Eventos Desportivos, que tem correspondente rubrica orçamental.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio de 500,00 euros.

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Ponto 11. SAÚDE

. ANMP

- Resolução do Conselho Directivo sobre o Encerramento dos Serviços de Saúde

O Senhor Presidente referiu que: “entendi distribuir-vos uma Resolução do Conselho Directivo sobre o Encerramento de Serviços de Saúde apenas tendo como objectivo o seguinte: dizer-vos que numa qualquer situação que, eventualmente, venha a envolver o Concelho de Soure no contexto do Distrito de Coimbra, não deixaremos de pautar sempre as nossas posições pelas balizas orientadoras que constam desta Resolução do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostaria de comentar o texto deste documento e dizer que estou totalmente solidária com os termos desta Resolução. Vem ao encontro daquilo que já foi aqui manifestado algumas vezes, também por mim e, portanto, penso que a Associação Nacional de Municípios está a tomar uma atitude correcta no que toca ao encerramento, em particular, dos Serviços de Saúde e, portanto, gostava de deixar aqui a minha posição pública, em nome da CDU.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 12. URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

. Escada de Ligação entre a EN 342 e o Loteamento Municipal da Cerca dos Anjos

. Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação: .

ASSUNTO: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

ESCADA DE LIGAÇÃO ENTRE A EN 342 E O LOTEAMENTO MUNICIPAL DA CERCA DOS ANJOS

ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de 20.04.2006, a Câmara Municipal decidiu recorrer à figura do **ajuste directo (com consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Das empresas consultadas a única empresa que apresentou proposta foi a seguinte:

Empresa	Valor	Prazo
ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado	21.170,00	30 dias

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que embora o valor da proposta seja superior ao estimado, continua a ser aceitável, pelo que os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **21.170,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
16.05.2006

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho é que aprovemos a adjudicação de acordo com a informação jurídica que nos foi distribuída.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 13. PROTECÇÃO CIVIL
. FOGOS FLORESTAIS
- OUTRAS ACÇÕES - Prevenção

Foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: “PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS”

Uma vez que se aproxima a época de verão, foi efectuada uma vistoria aos pontos de água existentes no concelho. Assim, nos casos necessários procedeu-se a uma limpeza da área circundante. Na sequência desta intervenção, efectuou-se também o enchimento dos referidos pontos de água que se encontram todos operativos em caso de necessidade.

De igual modo verificaram-se também todas as bocas de incêndio existentes no concelho, que se encontram em condições de funcionamento.

À Consideração Superior,

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

O Técnico
(Evaristo Duarte)
O Chefe de Gabinete
(Américo Nogueira)
08.05.2006

O Senhor Presidente referiu que: “para além de outros aspectos, evidentemente que já vos tinha dito e julgo que o Senhor Vereador Eng.º Aurindo também terá falado nisso, qual o estado em que se encontravam os pontos de água e as bocas de incêndio e, portanto, determinei ao Técnico Superior mais ligado a esta matéria e ao Chefe de Gabinete, que normalmente me representa em matérias de Protecção Civil, que, tanto quanto possível, fizessem uma informação decorrente de um levantamento concelhio exaustivo.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 14. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
. Parque Eólico de Degraças e Rabaçal

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “este documento, no fundo, procura clarificar, em definitivo, a minha posição sobre esta matéria. O que eu digo aqui, o que assumo e o que quero que se saiba é que as afirmações que produzi sobre esta matéria, as indicações que prestei, as mantenho ainda hoje, ou seja, tudo quanto sobre este assunto eu relatei nos inúmeros debates que fomos tendo, nas inúmeras questões que foram sendo levantadas e que, da nossa parte, mereceram a resposta que nos era possível, eu mantenho hoje.

Quero dizer isto com o máximo de franqueza, com o máximo de abertura já que à medida que o debate ia sendo produzido e à medida que esta questão ia sendo propalada, tentou-se chegar à conclusão de que, efectivamente, tinha havido uma evolução daquilo que é o meu pensamento sobre esta matéria e eu quero dizer que não houve; o que eu disse desde o início mantenho. É óbvio que algumas situações que ocorreram em campanha pré-eleitoral certamente animaram o debate que só as campanhas pré-eleitorais e eleitorais têm, todos nós temos que reconhecer que as campanhas eleitorais têm essa particularidade, as pessoas com o calor da luta e com o ânimo da discussão puderem dizer algo que não devem e essas são questões que se devem penitenciar mais tarde mas aquilo que quero dizer é que o que eu disse mantenho hoje tanto mais que em Concelhos da Região Centro, o “negócio” que eu aqui refiro foi um “negócio” que outros Presidentes de Câmara aproveitaram

*10.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

para produzir mais valias para os seus Concelhos. Refiro, nomeadamente, o Concelho de Seia que assinou, à cerca de um mês e meio, um Protocolo de Instalação de dois Parques Eólicos nas duas principais Serras do Concelho e que o acordo fixa, segundo a Autarquia, os montantes a pagar pela empresa ao Município e às Juntas de Freguesia onde vão ser instalados os equipamentos; a empresa de energia eólica compromete-se a instalar os Parques Eólicos e o sistema de ligação à rede eléctrica nacional e as contra-partidas financeiras para o Município de Seia ascendem aos 93.500,00 euros, calculados com base em 50% da potência a instalar e a este valor junta-se uma renda anual correspondente a 2,5% da produção que se estima em cerca de 100.000,00 euros anuais. O Presidente da Autarquia congratulou-se com o desfecho deste processo referindo que a receita que o equipamento vai gerar já tem um destino, vai servir para investir no combate à desertificação daquelas zonas do Concelho.

Este pensamento que tive sobre esta matéria, mantenho-o; entendendo que na política as pessoas quando proferem declarações têm que as assumir; tentei que este debate fosse feito com o máximo possível de elevação, entendo que é assim que as pessoas devem trabalhar, é assim que as pessoas, no jogo político, se devem pronunciar, com elevação umas às outras e, acima de tudo, entendo que críticas de natureza político-partidária, ou de outras, devem ser feitas cara a cara quando as pessoas estão presentes e quando as pessoas podem rebater aquilo que sobre elas está a ser dito no momento.

Esta carta que tive o cuidado de escrever para ser inserida em reunião de Câmara clarifica o meu pensamento de uma maneira escrita para que não haja dúvidas.

Outro comportamento tem o Senhor Presidente de Câmara que sobre matérias não especificamente relacionadas com esta, tem frases que, no meu ponto de vista, são completamente de esquecer e eu prefiro esquecê-las para que nada obste a que o nosso relacionamento institucional se mantenha durante o tempo que eu permanecer nestas funções como Vereador e o mais elevado possível, nomeadamente quando em relação a outras matérias, e na Assembleia Municipal onde eu não estava presente mas que os jornais retratam, Vossa Excelência disse em relação a outra matéria, que *“em relação a Vereadores a Tempo Inteiro a Bancada do PSD na Câmara Municipal propôs uma plataforma política de entendimento, se calhar, o que queriam era um lugar na Vereação”* ... eu já sou Vereador, portanto, não sei o que quis dizer com isto... confesso que sei e é muito feio mas, naturalmente, não estava lá, não me pude defender e o que fica escrito é o que o Senhor Presidente disse e eu quero acreditar que se fosse hoje não o dizia porque sabe bem que nenhum de nós merecia um comentário desta natureza como acabou de fazer. Nenhum de nós

*10.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

merecia nem ex-colegas seus, de luta, mereciam o comportamento eticamente reprovável que Vossa Excelência tem em relação a eles porque no mesmo artigo, em relação ao nosso representante e porta-voz na Assembleia Municipal, o Senhor Dr. Manuel Serralha Duarte, o Senhor Presidente diz que ele é “*politicamente uma nulidade inequívoca e nunca terá responsabilidade política em lado algum*”, portanto, Vossa Excelência entende que, da sua parte, ele não terá responsabilidade política em lado algum e ao dizê-lo ele não vai ter mesmo, Vossa Excelência é o “*dono do mundo*”. Disse o Senhor Presidente, também é referido como tendo dado o seu aval a que ele o substituísse enquanto foi Deputado Europeu pelo PSD. Senhor Presidente, acho que no debate político não podemos chegar a esses extremos, acho que as coisas têm que ser feitas com clareza, nós vamos passar aqui algum tempo juntos, não sei quanto tempo; já fiquei a saber que o Senhor Presidente é candidato daqui a quatro anos à Câmara Municipal, tentou também anunciar a nossa candidatura, acho que ainda não nos pronunciámos sobre isso e pode vir a ter alguma surpresa mas acho que não é de bom tom estarmos agora, a seis meses do último acto, a anunciar essas coisas, não fica bem. Acho que deve ter em linha de conta que o tempo que vamos passar aqui é um tempo que cada um de nós vai tentar que seja o mais enriquecedor possível em termos daquilo que é a sua contribuição para o Concelho, entendo por isso que devemos elevar o nível do debate, não deveremos ter actuações que possam ferir susceptibilidades e ferir, fundamentalmente, aquilo que é o pensamento político e a actuação política de outros responsáveis eleitos pelo povo que, não estando presentes, não podem tomar a defesa da sua própria posição sobre esta matéria.

Em relação ao assunto que nos trás aqui hoje, quero dizer que o que eu disse, escrevi para que não restem dúvidas que assumo o que disse.”

O Senhor Presidente referiu que: “nunca vou sentir necessidade de elevar o debate, porque estou sempre de consciência tranquila e não minto nem uso argumentos falaciosos em circunstância alguma; sustento a minha postura, na política como na vida, com base em situações muito claras e transparentes; estou sempre à vontade para ser inspeccionado e devassado a todos os níveis e é com essa autoridade moral que lhe digo o que estou a dizer.

Quero-lhe dizer que no tempo que iremos passar juntos, e com a legitimidade democrática que ambos temos, da minha parte só haverá reacções hostis às hostilidades, da minha parte haverá uma luta permanente pela verdade.

Nesta sua intervenção foi claramente além daquilo que parecia ser a sua intenção, quando pediu a inclusão deste assunto na Ordem de Trabalhos e, por isso, tenho

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

que fazer alguns comentários prévios antes de lhe responder àquilo que, julgava eu, iria ser mais um “debate” sobre a questão das eólicas... quero-lhe dizer o seguinte, uma vez que referiu essas questões: embora não escreva o que digo, isso fica tudo gravado, fica relevado em acta... Posso-lhe confirmar que na última Sessão da Assembleia Municipal, a propósito da intervenção de um Deputado Municipal que perguntou qual era a análise custo/benefício subjacente à nomeação de uma Vereadora a Tempo Inteiro, eu retruquei que, se calhar, porventura, o que queriam era um outro lugar na Vereação... É uma resposta perfeitamente natural em política perante aquilo que se passou e, porventura, em situação inversa, o Senhor Vereador sabe perfeitamente que teria usado tranquilamente um argumento deste género... agora, não percebo é porque é que com o levantamento dessa questão deixam transparecer a possibilidade de terem enfiado uma qualquer carapuça porque, de facto, não me estava a referir, nem de longe nem de perto, a si próprio. Depois diz que segundo um artigo publicado num jornal, eu teria afirmado que o Dr. Manuel Serralha Duarte não exerceria mais responsabilidades políticas... não quis dizer isso, não se trata de responsabilidades políticas decorrentes daquilo que for a minha competência política em termos de nomear ou não!!! O que eu disse foi muito simples, foi que quem tem aquele tipo de comportamento, em política, muito dificilmente terá a confiança dos cidadãos, portanto, muito dificilmente terá responsabilidade política porque os cidadãos nunca lha darão... e quero-lhe recordar uma coisa, quando esse antigo amigo, que eu conheço bem, e digo antigo amigo porque divergências à parte, os amigos quando o são não mentem... portanto, quando esse antigo amigo me substituiu um mês, eu não era, então, Deputado Europeu; à época, assumi a condição de Deputado na Assembleia da República, e o meu número dois era o Senhor Vereador que não quis ser Presidente, suspendeu o mandato, e o Senhor é que, na prática, delegou nele... ele nunca me substituiu enquanto Deputado Europeu... ele foi Presidente de Câmara um mês, porque o Senhor Vereador, como estará lembrado, assim o entendeu, por razões de natureza profissional; aliás, tinha acordado comigo que a sua colaboração política sê-lo-ia não em Regime de Permanência porque tinha outro tipo de motivações.

Quanto à questão que, de facto, está em discussão, vou-lhe dizer o que penso, isto com a tranquilidade possível, cara a cara. O exemplo que deu de Seia, e pode dar quantos exemplos quiser, podem mostrar/evidenciar situações de rentabilidade para além dos 2,5% automáticos mas, independentemente de jogar com números, o Senhor Vereador tem é que dizer o que é que a Câmara A ou B conseguiu acordar para além dos 2,5%. Teve que haver uma cessão de exploração, um arrendamento,

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

porque a não haver nada disso, é a própria lei, o legislador, que proíbe que haja qualquer tipo de exigência suplementar. O que acontece é que a Câmara Municipal de Soure, neste processo do Parque Eólico de Degracias/Rabaçal, não tinha a menor possibilidade de negociar/acordar/exigir o que quer que fosse a não ser que fosse contra a lei... portanto, todos os exemplos que possa dar - compreendo que tenha abandonado o exemplo de Pombal porque as notícias que têm saído têm sido esclarecedoras - poderão apresentar cumulativamente outro tipo de rendimento que eu não questiono, até tenho pena da Câmara Municipal de Soure não ser proprietária de terrenos!!!

Quanto à afectação dessas receitas teremos sempre oportunidade de a discutir, quando discutirmos a proposta de Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento... de maneira que não posso deixar de lhe dizer o seguinte, voltando-me agora para esta carta que entregou... o Senhor Vereador diz o seguinte: *“que o Presidente da Câmara tem vindo a veicular a sua opinião pessoal, implorando que essa opinião passe a versão oficial”*. Quero-lhe dizer que a opinião que tenho expresso não é o meu entendimento pessoal, não é sequer o entendimento do Presidente da Câmara, é o entendimento da maioria dos elementos da Câmara, excepto os visados, é o mesmo e é aquele que resulta da evidência factual porque não há aqui versões, há factos e há o contrário dos factos!!! Por muito que lhe custe admitir, porventura porque não estava bem informado, não houve qualquer cedência municipal de bens do domínio público e as notícias onde o Senhor Vereador diz que mantém o que disse, além do que o Senhor Vereador dizia, tinha ao seu lado estas afirmações: que houve cedência, houve negócio, contrato de arrendamento, ilegalidades... ora, não houve nada disso, isto é, tudo o que em contrário foi dito, foram acusações mentirosas!!! Não há argumentos falaciosos, nem qualquer deturpação, nem calúnia, há, isso sim, factos que comprovam a verdade e ao comprová-la, por isso mesmo, evidenciam a mentira...

Depois, teve oportunidade de dizer que mantém o que disse quando disse que era um mau negócio que prejudica todo o Concelho e diz que se provou que não faltou à verdade quando exibiu um Protocolo subscrito pelo Presidente da Câmara e pela empresa de exploração... continuo a perguntar, qual negócio??? Não alugámos nada!!! Estamos a falar do negócio da Junta de Freguesia de Degracias??? Negócio, Senhor Vereador, só na mente de quem neles fala porque a Câmara Municipal não teve negócio nenhum nesta matéria... De maneira que quando diz que mantém que foi um mau negócio para todo o Concelho... nunca explicará qual negócio, pela simples razão de que não existiu negócio algum... também nunca explicará que

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

negócio é que a Câmara Municipal poderia ter feito quando, por lei, estava proibida de o fazer!!!

Diz que exibiu o Protocolo... sabe perfeitamente que, na reunião de Câmara de 21 de Maio, foi aprovado um Protocolo de Adiantamento e, de facto, na notícia o Senhor diz que há um Protocolo... esqueceu-se é que na mesma notícia, um jurista, candidato do PSD à Assembleia de Freguesia de Tapeus, diz que aquele Contrato tem ilegalidades, cede bens do domínio público... e o Senhor Vereador, que dá a cara nessa notícia, não diz que era um Protocolo de mero Adiantamento, não diz que não era um Contrato de Arrendamento, não diz o que escreveram depois, que não havia qualquer ilegalidade porque tudo isso foi dito na notícia, pelo contrário, o Senhor Vereador é a figura central de um título e de uma notícia publicados na antevéspera de eleições onde todas as acusações mentirosas foram feitas!!! Ora, isso é que é deturpar!!! Politicamente diria que é “gato escondido com cara de fora”, porque a sua cara estava na notícia. De maneira que, o Senhor Vereador pode dizer que, de facto, não disse, mas tem que reconhecer que em momento algum desmente tudo o que está na notícia, portanto, não podemos separar o que está na sua boca de todas as mentiras que estão na notícia.

O Senhor Vereador tem todo o respeito, toda a legitimidade para escrever o que bem entende, pode manter o que disse, mas sabe que não é verdade que alguma vez eu tenha dito que não há Protocolo. Como é que eu podia dizer que não há Protocolo se este foi aprovado em reunião de Câmara e divulgado??? O que eu disse sempre, e mantenho, é que não havia, como não há, qualquer Contrato de Arrendamento e o Senhor Vereador deixou que isso se confundisse com um Protocolo de mero Adiantamento... compreendo, isso deu jeito, mas não é uma forma correcta de fazer política e estou convencido que em actos eleitorais seguintes em que, porventura, possa vir a participar, não deixará que lhe criem mais situações deste género, em que aquilo que possa pensar é totalmente contrariado pelo que consta na notícia assente em puras mentiras.

O Senhor Vereador diz ainda que “o Senhor Presidente da Câmara disse que nada sabia sobre um novo projecto de energia eólica que vai iniciar-se no Concelho e que por isso há um desencontro”... não foi isso que eu disse. O que eu disse foi que quanto a essa possibilidade não tinha ainda dado entrada na Câmara Municipal qualquer processo de licenciamento de obras particulares e que eu não tinha tido qualquer reunião, porque era o Senhor Director de Departamento quem, como sempre, tem essas reuniões prévias... portanto, eu não disse que não sabia nada... foi dito que não tinha dado entrada nenhum processo de licenciamento de obras particulares, de maneira que não há desencontro, há é uma forma clara de entendimento de qual

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

deva ser a participação da Câmara nestes processos e quanto a isto, se vierem mais investimentos, óptimo, mas a Câmara só tem um papel, é incentivar a realização de investimento nos termos da lei e licenciar ou não nos termos da lei... Se, porventura, estivesse em causa a cedência de bens públicos, isto é, se amanhã aparecer uma qualquer proposta que, além disso, se propõe fazer um investimento em bens públicos aí, evidentemente que, nos termos da lei, temos que procurar, se houver interesse colectivo, produzir/percorrer todo um caminho tendente ao melhor acordo possível para o Município, mas se não houver bens do domínio público, se não houver, não percebo que tipo de conversações, que não apenas incentivar nos termos da lei, é que possa ter e porque é que hei-de ser eu a tê-las.

A Câmara Municipal não se esgota, nem de longe nem de perto, no Presidente de Câmara... quanto à questão de um novo projecto, que tudo aconteça de forma mais participada... se houver novo projecto, óptimo... o mais ou menos participado será aquilo que decorrer da lei e aquilo que nos pareça que melhor defenda os interesses do Concelho. Não antevejo qualquer estratégia do estilo daquela que enunciou numa das últimas reuniões, dando a entender que a Câmara poderia expropriar terrenos a particulares e depois tratar de os alugar... essa é uma estratégia da qual discordo mas foi uma estratégia por si enunciada...

Se o Senhor Vereador mantém que disse que houve um mau negócio no Concelho, resta-lhe manter o que disse, mas o que é facto é que não houve negócio algum!!! Muito menos, há prejuízo para o Concelho...

Quanto à questão do Senhor Vereador dizer que provou que não faltou à verdade, quando exibiu um Protocolo... no seu lugar não tinha esse atrevimento, sabe porquê? Porque o Senhor Vereador, numa notícia que diz que a Câmara Municipal tem um Contrato de Arrendamento ou de Cessão de Exploração carregado de ilegalidades, mostra um Protocolo com três cláusulas onde não está lá nada disso e, das duas uma, ou estava a mostrar uma coisa e os que estavam ao seu lado na fotografia estavam a falar de outra, ou o jornalista construiu toda uma teia de mentiras em que o Senhor Vereador, sem culpa nenhuma, mostra um Protocolo de Adiantamento e eles fazem daquilo uma mentira contra a Câmara Municipal. Vamos usar de rigor... o Senhor Vereador sabe perfeitamente que aquilo que mostrou era do conhecimento público, pois foi aprovado em reunião de Câmara, e disso foi dado conhecimento... era um simples Protocolo de Adiantamento e isso nunca ninguém negou. O que o Senhor Vereador não mostrou, foi onde é que está esse Contrato de Arrendamento que, nessa notícia, é referido. Disso não provará nada porque já toda a gente percebeu que em matéria de Parque Eólico foi desenvolvida toda uma estratégia onde a lógica foi... mentir para enganar!!!”

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 15. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

. ACIC - Protocolo

- SALE - Serviço de Apoio Local ao Empresário

O Senhor Presidente referiu que: “entendo mais uma vez reafirmar que a Câmara Municipal não se deve intrometer naquilo que vier a ser o desenvolvimento da Associação de Empresários de Soure, em termos de organização de classe; deve estar disponível para apoiar essas dinâmicas... agora, penso é que deve facultar uma resposta em termos de apoio efectivo, designadamente, aos pequenos empresários que, por via da sua reduzida dimensão, não têm, por vezes, o acesso ao mais valioso capital que é o da informação... portanto, penso que deveremos aprovar esta proposta de Protocolo, no sentido de que, com a brevidade possível, coloquemos este serviço de apoio em funcionamento, sem prejuízo de estarmos receptivos à avaliação de outras formas de colaboração que, porventura, se vierem a revelar adequadas.

Aquilo que eu proponho é que aprovemos esta proposta de Protocolo.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do presente Protocolo. -----

Ponto 16. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

. ESTUDO DE “DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA EMPRESARIAL E LOGÍSTICA POLI-NUCLEADA DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PORTO COMERCIAL DA FIGUEIRA DA FOZ”

- Integração de mais 2 – Dois – Municípios

- Contrato de Prestação de Serviços – Aditamento

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, este quadro de referência de estratégia nacional prevê a possibilidade de contemplar o apoio a Projectos de Desenvolvimento Integrado Poli-nucleados; como é do conhecimento de todos, a Câmara Municipal de Soure aderiu a uma estrutura poli-nucleada em torno do Porto Comercial da Figueira da Foz. Começámos por ser quatro Concelhos, depois o número alargou... nessa perspectiva, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, no fundo, pergunta-nos duas coisas: se concordamos com a integração dos Concelhos de Condeixa-a-Nova e de Pombal e, por outro lado, se havíamos aprovado um Protocolo sobre um Contrato de Prestação de Serviços em

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

que 75% eram Fundos Comunitários e o resto era dividido pelos Municípios, agora há uma Adenda a esse Protocolo em que a divisão já não é pelo número inicial de Municípios mas pelo número que resulta da integração destes dois.

Assim, aquilo que eu proponho, é que aprovemos a integração dos Municípios de Condeixa-a-Nova e Pombal, e esta Adenda ao Protocolo que nos está a ser sugerida, resultante da inclusão destes dois Municípios.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a integração de mais dois Municípios - Condeixa e Pombal - e a correspondente Adenda ao Protocolo. -----

Ponto 17. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . OUTRAS RECARGAS - ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE
- . Lousões - EN 342
- . Homologação do Auto de Recepção Provisória

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA
OUTRAS RECARGAS
ARRUAMENTOS E LIGAÇÕES NA FREGUESIA DE SOURE - ESTRADA DOS .LOUSÕES /EN 342
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **17.02.2005**, à empresa **José França, Construções, SA**, pelo valor de **29.424,00 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei nº 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
2006.05.15

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor e 3 (três) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 18. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL EM 2006

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

**. Rateio de Amortizações para Recurso ao Crédito
- Lei de Execução do OE/2006 - n.º 4, Art.º 46.º**

O Senhor Presidente referiu que: “a Direcção Geral das Autarquias Locais comunicou à Câmara Municipal de Soure que tem a possibilidade de contrair um empréstimo de ≈ 1.000.000,00 euros, no corrente ano; nos termos da lei, teríamos que comunicar a essa Direcção Geral se era ou não nossa intenção utilizar essa possibilidade, até 30 de Junho, pois se o não fizessemos, pura e simplesmente, esse montante seria rateado. Assim sendo, nós procedemos, em tempo útil, à comunicação da intenção de utilizar esse montante atribuído, na sua totalidade. Evidentemente que isto significa que viremos, a curto prazo, a debruçar-nos sobre uma proposta de Contratação de um Empréstimo para Apoio ao Investimento.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 19. ANMP

. Resolução do Conselho Directivo sobre a Venda do Património do Estado

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, os Governos vão mudando, mas a verdade é que quando há investimentos, por exemplo em Extensões de Saúde e em Escolas, são sempre os Municípios que têm que disponibilizar os terrenos e, às vezes, imóveis normalmente adquiridos a preço de mercado, porque já lá vai o tempo em que numa terra aparecia um benfeitor que dava o terreno a troco de que se fizesse este ou aquele investimento. Aquilo que está a acontecer agora é que o Estado, com qualquer imóvel que tem, sem cuidar de avaliar primeiro se há um Município interessado na sua utilização, tenta vendê-lo logo e a preço de mercado... A Associação Nacional de Municípios Portugueses, e bem, aprovou uma Resolução em que, no fundo, diz que tem que haver reciprocidade... diz que o Governo tem que ter, para com as Câmaras Municipais, o mesmo relacionamento e tratamento que estas têm dado para com aquele, disponibilizando aos Municípios, gratuitamente, numerosos terrenos, imóveis do Estado, ou seja, proceder de idêntica forma àquilo que tem sido a forma de estar das Autarquias Locais.

Penso que no caso desta Resolução, são balizas que nos devem orientar. Hoje qualquer Câmara Municipal tem que dar resposta a um conjunto de atribuições legais que não tinha... agora, não podemos estar a comprar uma coisa que é nossa. Nestas matérias, de facto, não poderíamos estar mais de acordo com o que diz a Associação Nacional de Municípios Portugueses nesta Resolução.”

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Foi tomado conhecimento. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o Munícipe Ângelo Manuel Cordeiro da Silva Penacho dizendo: “em primeiro lugar, devo dizer que estou a falar em meu nome pessoal e não noutra qualidade qualquer e a propósito do Protocolo que consta da Ordem de Trabalhos desta reunião de Câmara Municipal, entre esta Câmara e a ACIC, queria dizer que, não obstante, ter opiniões pessoais sobre o assunto, entendo que esse Protocolo não é exactamente aquilo que, pessoalmente, julgo que devia ser mas é melhor do que não existir nenhuma solução do género.

Queria dizer que no ano 2000, juntamente com alguns cidadãos ou munícipes do Concelho, encetámos algumas diligências no sentido de reactivar a Associação Comercial e Industrial de Soure. Na altura em que começámos esse trabalho não sabíamos que haveria problemas relacionados com a situação da ACIS porque, entre outras coisas, tinha dívidas fiscais o que levou a que esse grupo de pessoas tenha decidido constituir uma nova Associação em vez de reactivar a ACIS. Tivemos várias reuniões com o Senhor Presidente da Câmara Municipal onde, numa delas, o Senhor Presidente nos trouxe uma cópia de um Protocolo que existia entre a Câmara Municipal e a ACIS e nos termos desse Protocolo, entre outras coisas, havia o compromisso de a Câmara apoiar a então Associação Comercial Industrial de Soure, com a disponibilização de uma sala, de um local para a sede social que, na altura, era um local arrendado. O Senhor Presidente também nos disse, na altura, que, por ele, o Protocolo era transferido nos mesmos termos para a Associação Empresarial de Soure, que veio assim, a ser chamada. A verdade é que essa transferência do Protocolo nunca se veio a concretizar. Agora como é que aparece este Protocolo, tendo em conta que existe um outro grupo de pessoas ligado ao mundo das empresas e com os quais vou ter uma reunião na próxima Segunda-feira? Em princípio essa reunião será para que essas pessoas fiquem à frente da Associação Empresarial de Soure e o que queria dizer é que este Protocolo vai ter alguns encargos financeiros para a Câmara Municipal de Soure e são superiores àquilo que o outro Protocolo estabelecia, por conseguinte, faço um apelo a que não seja posta de parte a Associação Empresarial de Soure com os Corpos Sociais que a venham a integrar no futuro, porque é minha opinião pessoal de que é importante que haja uma Associação com Sede no Concelho.

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

Pessoalmente acho que é melhor um acordo, mesmo que não seja óptimo, do que não haver acordo nenhum. Depois entenderão o que devem fazer.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “aproveito para informar o Município de Penacho do seguinte: ainda bem que trouxe essa questão porque permitirá que não se tirem conclusões precipitadas.

A proposta de Protocolo tem apenas um objectivo que, aliás, pré-enunciei numa reunião de empresários, que é: criar uma possibilidade efectiva de o pequeno empresário, que não tem dimensão para conhecer e estudar os programas de apoio, poder ter quem o faça por ele... mas não tem, longe disso, qualquer objectivo de obstaculizar/dificultar/obviar a dinâmica que gostaríamos que fosse saudável efectiva e significativa dos empresários do Concelho organizados enquanto tal. O que é que eu quero dizer com isto? Mantenho na íntegra a predisposição do acordo que existiu em tempos com os Empresários do Concelho de Soure, colaborar naquilo que for o trabalho desenvolvido de forma sistemática e regular com quaisquer responsáveis escolhidos democraticamente. Penso até que esta resposta que queremos dar, em nada, mesmo nada, obstaculizará/enfraquecerá/diminuirá a possibilidade da Câmara apoiar de forma concreta, desde que a Associação de Empresários nos diga *“estamos e continuamos vivos; estamos a fazer isto e aquilo; propomo-nos continuar nesta linha; precisamos dum espaço; independentemente do esforço de cada um, o ideal é que o Município pudesse colaborar desta ou daquela forma”*. Estamos completamente disponíveis para, em concreto, apreciar isso com quem quer que esteja e para dar o apoio que for considerado adequado e possível pela Câmara e isso, com todo o respeito, não resulta nem diminuído nem enfraquecido até porque há uma afirmação que pode não ser verdade, que é a história dos encargos superiores, porque nós iremos fazer um pequeno investimento, utilizar um espaço Municipal, aproveitar a estrutura técnica que está montada e utilizar técnicos da Câmara, que terão formação específica nos programas de apoio, para poder veicular essa informação. Portanto, excluindo o investimento em equipamento adequado, não haverá propriamente um investimento significativo, portanto, penso que não deveremos balizar a análise deste assunto por aí.

Assim, pretendo tranquilizar o município, e aqueles cuja preocupação, porventura, ele aqui veiculou, no sentido de lhes dizer que isto não significa, nem de perto, nem de longe, qualquer menor respeito pela capacidade dos Empresários do Concelho se associarem no próprio Concelho e qualquer fechar de porta a qualquer tipo de solicitação de apoio que se entenda adequado e que seja, por parte da Câmara, possível de ser atribuído.”

*10.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 25 de Maio de 2006*

O Município Ângelo Penacho continuou dizendo: “quando eu disse que o encargo iria ser superior estava já a falar na afectação de um funcionário; é um dado que posso levar para a reunião que vou ter... será que a Câmara Municipal estaria na disposição de, com a Associação Empresarial de Soure, fazer a disponibilização de uma verba para a Associação arranjar uma sede social?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “a Câmara Municipal está completamente disponível para que um dos seus técnicos possa ir “beber” informação e de, nesse Serviço Local de Apoio ao Empresário, prestar toda a informação; está também receptiva a apreciar qualquer proposta concreta de pedido de apoio para que tenham a vossa sede; para já, não temos uma proposta concreta para sobre ela, eu ou qualquer outro Vereador que integra a equipa, propor a aprovação total/parcial ou a reprovação... a disponibilidade é total para apreciarmos uma proposta a solicitar apoio, com equilíbrio, dentro daquilo que é possível; pode ser adiantado nessa reunião que a Câmara Municipal está completamente disponível para apreciar uma proposta concreta de pedido de apoio para esse efeito.”

Interveio o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa dizendo: “parece-me interessante este debate que assisti, são problemas interessantes para o Concelho de Soure, problemas do desenvolvimento económico, só não percebi porque é que esse Protocolo, sugerido entre as duas partes há longos atrás, não foi activado até agora.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “uma coisa são as reuniões informais que vamos mantendo, outra coisa é a apreciação de qualquer proposta concreta. E com todo o respeito que tenho pela intenção e pelo voluntarismo que tiveram aqueles que hesitaram entre o reactivar da ACIS ou constituir/dinamizar a Associação Empresarial de Soure, a verdade é esta: em concreto, qualquer forma de intervenção regular que solicitasse apoio, nunca passou de uma predisposição favorável da nossa parte e de uma não concretização efectiva por parte da outra parte... portanto, não houve aqui nenhum querer perder tempo por razão nenhuma, as relações pessoais/institucionais, à época, eram ultra saudáveis, aliás como sempre devem ser...”